

JUSTIÇA SUSPENDE AÇÃO DO MPF CONTRA A SAMARCO



A justiça suspendeu por prazo indeterminado uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Samarco, segundo comunicado divulgado nesta terça-feira (18) pela Vale, uma das donas da empresa, ao lado da BHP Billiton. A ação, no valor de R\$ 155 bilhões, foi movida pelo MPF após o rompimento de uma barragem da mineradora em Mariana (MG).

A decisão foi tomada pela 12ª Vara Federal Cível/Agrária de MG. Apesar da suspensão, continua em vigor o prazo para que as empresas cheguem a um acordo em relação às várias ações civis públicas movidas contra elas após o desastre de 2015. As ações que seguem valendo foram movidas pela União, pelos governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e outras autoridades governamentais. Ao todo, essas ações que seguem valendo somam o valor menor que a que foi suspensa, de R\$ 20 bilhões.

Em junho, o prazo para que o acordo seja fechado foi prorrogado para o dia 30 de outubro - decisão que também segue valendo. Até lá, ficam mantidas as condições do acordo preliminar fechado em janeiro, no qual a Vale, a BHP e a Samarco se comprometem a indenizar os atingidos pela tragédia causada pelo rompimento da barragem.

“A decisão anterior com relação à negociação de acordo final continua em vigor e as tratativas em relação a acordo final continuam em andamento”, disse a Vale em comunicado nesta terça.

Foto: Reuter Brasil

Por: Karina Trevizan

A justiça suspendeu por prazo indeterminado uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Samarco, segundo comunicado divulgado nesta terça-feira (18) pela Vale, uma das donas da empresa, ao lado da BHP Billiton. A ação, no valor de R\$ 155 bilhões, foi movida pelo MPF após o rompimento de uma barragem da mineradora em Mariana (MG).

A decisão foi tomada pela 12ª Vara Federal Cível/Agrária de MG. Apesar da suspensão, continua em vigor o prazo para que as empresas cheguem a um acordo em relação às várias ações

civis públicas movidas contra elas após o desastre de 2015. As ações que seguem valendo foram movidas pela União, pelos governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e outras autoridades governamentais. Ao todo, essas ações que seguem valendo somam o valor menor que a que foi suspensa, de R\$ 20 bilhões.

Em junho, o prazo para que o acordo seja fechado foi prorrogado para o dia 30 de outubro - decisão que também segue valendo. Até lá, ficam mantidas as condições do acordo preliminar fechado em janeiro, no qual a Vale, a BHP e a Samarco se comprometem a indenizar os atingidos pela tragédia causada pelo rompimento da barragem.

“A decisão anterior com relação à negociação de acordo final continua em vigor e as tratativas em relação a acordo final continuam em andamento”, disse a Vale em comunicado nesta terça.

Foto: Reuter Brasil

Por: Karina Trevizan

<https://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/365/justica-suspende-acao-do-mpf-contr-a-samarco> em 08/04/2026 06:04